

ela presentes.

Santos, dezeto de janeiro de hum
mil, novecentos e noventa e quatro

1914

Luiz Carlos Rodrigues Nascimento

João Paulo da Silva

Silva Telesias Vid

Regane Maria Buih Thado

Marcos Atanásio Braga

Condesmar Fernandes de Oliveira

Regina Lídia Moretti Mancos

Caetano V. Mártire Filho

Eliane Elias

Francisco José Carol

Alfredo Vasques

José Eder de Spis

Maria Christine Serrano

Fáriso Eduardo Serrano

Nery Caldato Barbosa

Bechiana A. Pestana Neves

Walter Catarrino Antunes

Iris Geiger da S. Nunes

Klinger Luiz de J. Souza

Ata da décima nona Reunião
Extraordinária do Conselho de
Defesa do Patrimônio Cultural
de Santos - Condepasa.

Do primeiro dia do mês de fe-
vereiro de hum mil, novecentos
e noventa e quatro, nas de-

pendências do "Arquivo Histórico Dr. José da Costa e Silva Sobrinho" no Centro de Cultura "Patrícia Galvão", realizou-se a décima nona reunião extraordinária do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural Idé Santos - Condepasa. As dezesseis horas e trinta minutos fez-se a primeira chamada, mas por falta de quórum a reunião só teve início às vinte horas. Compareceram à reunião os seguintes Conselheiros: Luiz Carlos Rodrigues Nascimento, Fábio Eduardo Serrano, Marcia App, Edméa Fiochetti Maten, Bechara Abdalla Pestana Neves, Antonio Carlos de Mello Cerqueira Leite, Rejane Maria Buch Prado, Maria Lúcia Prandi, Alfredo Vasques Alexandre Bio, Jitor Telesias Lid, Ney Caldato Barbosa, José Eber de Góis, Walter Catartino Antunes, Marcos Atanásio Braga e Iris Geiger da Silva Nunes.

O Presidente, Conselheiro Luiz Carlos iniciou a reunião com a justificativa de ausência dos Conselheiros Coetano Valentim Mártire Filho, Francisco José Carol e Maria Christina Serrano.

A seguir passou-se à comunicação aos Conselheiros, com a apresentação do representante da

Associação de Engenheiros e Arquite-
tos de Santos, neste Conselho, Eng.
Antonio Carlos de Mello Cerqueira
heite.

Houve também a comunicação
da Reunião dos Conselhos e Coordena-
dorias que se fará realizar
dia 04 do corrente mês às 16:00
horas no Centro de Reabilitação
Profissional - CRP, à Av. Epitácio
Pessoa nº 441.

Não havendo comunicações e
pedidos de esclarecimentos dos
Conselheiros, passou-se às propo-
sições com a proposta do conse-
lheiro Bechara, que se faça uma
análise a respeito da questão
que o Banespa apresentou à
SEDURB referente ao imóvel situa-
do à Rua XV de Novembro ao lado
da Associação Comercial de Santos.
A proposta do Banco seria adqui-
rir o imóvel, assumindo o com-
promisso de restaurar a fachada
atualmente em precárias condi-
ções, desde que possa manter o
uso do local para estacionamento
to.

É consenso que a restauração da
fachada beneficia a preservação
do patrimônio cultural, embora
o Conselho entenda que a manu-
tenção do estacionamento seria
uma tolerância.

Com relação a ordem do dia, passa-se ao item de critérios para definição do que é patrimônio cultural em Santos.

O historiador Marcos salientou que o Condessa existe a cinco anos e até hoje não ficou clara a definição de patrimônio cultural. Lembrar que há algum tempo realizou-se uma eleição em São Paulo para a escolha do símbolo da cidade e a vencedora foi a Avenida Paulista.

Em Santos, segundo enquete popular os jardins da Ilha da Praia, foram considerados o patrimônio mais significativo.

A Arquiteta Iris trouxe para discussão duas publicações referentes a questão da preservação do patrimônio, a saber: "Tombamento, quem paga a conta?" (José Wolf) e "O que fazer pela preservação do patrimônio histórico" (Nádia Somelsh).

Colocar a importância de se discutir a ideologia da preservação, pois muitas polêmicas existem nessa matéria.

Lançar a questão do que tombam ou não, para que e para quem. A Conselheira Marcia afirmou que o povo santista só será incentivado a valorizar o seu patrimônio histórico quando

presenciar a administração dos turistas.

O Conselheiro Vitor informou que a SICTUR já organizou alguns roteiros turísticos pela área do centro antigo, incluindo no resgate da memória santista. A Vereadora Maria Lúcia Brandi alertou o grupo do Conselho de terminar o que é patrimônio cultural, sem fazer uma consulta maior à comunidade. Sugere a organização de Seminários para debater o assunto.

O Conselheiro Serrano comentou que está definido no artigo 10 da Lei Orgânica do Município o que constitui patrimônio municipal, e que a Condepasa, dentre outras atribuições, compete pesquisar, identificar, proteger e valorizar o patrimônio cultural santista.

A Arquiteta Tris salientou que não podemos afirmar que o Conselho atua totalmente sem critérios, mas há necessidade de maior clareza para definição de critérios com relativo consenso.

O Conselheiro Bechara afirmou que o Conselho tem tido papel importante em cima do patrimônio construído, no entanto faltam instrumentos para

maior envolvimento na comunidade. Afirmam também que o Conselho não tem condições de avançar, tendo só um técnico atuante no OTA, assim sendo o Conselho deveria pressionar a administração para obter meios mais eficientes de atração e divulgação.

lembram a necessidade da contratação de estagiários, pois na elaboração do pré-inventário da Subzona de Interesse Histórico-Cultural, houve a participação durante meses de uma grande equipe de estudantes universitários.

A Arquiteta Iris informou que no final do ano passado, solicitou à Coordenadora de Estágios da SECULT, quatro estagiários de arquitetura e quatro de história.

Inquanto a definição de critérios, considera importante a criação da primeira ZEIC, que deve ser sucedida por estudos de outras áreas. Acrescentam a conveniência de proceder aos tombamentos estratégicos, que além de protegerem os imóveis em questão, criam novas áreas envoltórias de preservação.

Os Conselheiros Ney e Serrano pro-

019
puseram a criação de uma agenda para cumprir objetivos dentro de cada gestão do Conselho.

O Conselheiro Bis alertou ao fato do Condepasa não ser fortalecido por uma demanda da população, em virtude de vivermos numa sociedade que não valoriza o patrimônio cultural.

O Historiador Marcos colocou que a ZEIC e os tombamentos propostos do Mercado Municipal e do Entreposto da Banana, criaria uma satisfatória área de preservação.

O Conselheiro Ney lembrou que o Arquiteto Vitor Hugo do IBPC, emissor há algum tempo, para análise do Condepasa, um texto que trata sobre a questão dos critérios que deveria ser debatido.

O Conselheiro Walter afirmou que a identificação de imóveis de destaque não apresentava dificuldade, mas muitos imóveis por ele considerados comuns eram objeto de longas discussões.

O Conselheiro Serrano salientou sobre a questão dos imóveis aparentemente comuns, lembrando que numa Ordem de Serviço da administração da então Prefeita Felma de Souza, determina que todas intervenções em fachadas

nos imóveis construídos antes de 1950, sejam analisados pelo Condepasa, assunto que ocupa mais de 90% do tempo do Direção Técnico. Assim sendo, o Conselho deveria propor uma revisão nessa Ordem de Serviço e também a lei que trate da isenção de IPTU, e participar mais efetivamente da discussão do Plano Diretor.

O Conselheiro Ney propôs a mudança de critérios para isenção de IPTU aos imóveis de interesse cultural. A Arquiteta Iris opinou pela revisão do texto da lei 640, sobre a isenção de IPTU, sugerindo que os imóveis possam receber descontos parciais no imposto, conforme grau de preservação e segundo critérios estabelecidos pelo Conselho.

O Conselheiro Serrano acrescentou a necessidade de o Condepasa formular uma política para este biênio, estabelecendo metas. Deu alguns trabalhos referentes a levantamentos de imóveis de interesse cultural elaborados por alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos.

O Conselheiro Walter afirmou ser primordial o Conselho não se embasar em sentimentalismos para estabelecer critérios para

preservação.

O Conselheiro Ney discordou, alertando que o sentimentalismo pode ser um referencial. Tendo em vista o horário avançado o Presidente suspendeu a reunião às vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos, solicitando a retomada do assunto na próxima Reunião Extraordinária. Em, Lillian Esther Goff, secretária a reunião e lavrei a presente ata, que após sua discussão e aprovação, passa a ser assinada pelos Conselheiros a ela presentes.

Santos, hum de fevereiro de hum mil, novecentos e noventa e quatro.

Luiz Carlos Rodrigues Nascimento
Fábio Eduardo Serrano
Marcia Apos
Edmécia Fiochetti Maten
Bechara Abdalla Pestana Neves
Antonio Carlos de Mello Lequeiro Heite
Regiane Marie Buch Prado
Marcia Lucie Francli
Alfredo Vasques
Alexandre Bio
Jitor Iglesias lid
Ney Baldatto Barbosa
José Eder de Góis
Walter Calarino Antunes

12
Marcos Atanásio Braga - *Marcos Braga*
Iris Geiger da Silva Nunes - *Iris Nunes*

Ata da octagésima oitava Reunião Ordinária do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos - Condepasa

Do primeiro dia do mês de março de um mil, novecentos e noventa e quatro; nas dependências do "Arquivo Histórico Sr. José da Costa e Silva Sobrinho" no Centro de Cultura "Patrícia Galvão" realizou-se a octagésima oitava reunião ordinária do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos - Condepasa.

Às dezenove horas e trinta minutos fez-se a primeira chamada, mas por falta de quorum a reunião só teve início após a segunda chamada às vinte horas. Compareceram à reunião os seguintes conselheiros: Luiz Carlos Rodrigues Nascimento, Eliana Elias, Fábio EdUARdo Serrano, Maria Christina Serrano, Laetano S. Martire Filho, Alfredo Casques, João Paulo da Silva, José Roberto A. Zonis, Vitor Iglesias Ricci, Ney Caldato Barbosa, Antonio Carlos de Mello L. Leite, José Eduardo de Góis, Wilma Sherezinka F. Andrade, Francisco José Carol e os componentes do COTA, Marcos Atanásio Braga, Iris Geiger S. Nunes e Walter Catarino Antunes. Devido ao atraso do senhor presidente